

Ano XXIV nº 6133 – 06 de setembro de 2019

BB nega que venda de ações coloca em risco controle acionário

O Banco do Brasil respondeu ao ofício enviado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) expressando preocupação com o anúncio de venda de ações do banco do Brasil, ratificando sua posição em defesa do caráter público da instituição e questionando sobre a possibilidade de perda do controle acionário e de abertura do processo de privatização.



O banco afirmou que “conforme Fato Relevante publicado em 21/08/2019, ‘comunica que por meio de Nota à Imprensa divulgada no sítio eletrônico do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, a União, no âmbito da reunião desse Conselho realizada, nesta data, manifestou a intenção de alienar a sua participação que excede ao controle acionário do BB, correspondente à 20.785.200 ações.’ Assim, não se trata de perda do controle acionário.”

Sobre a abertura de caminho para a privatização, o banco diz desconhecer estudos no âmbito do banco sobre este tema e que “tão somente foi informado que a União decidiu alienar a sua participação que excede ao controle acionário do BB”.

Em outras ocasiões, em reunião com representantes dos funcionários, o banco negou informações divulgadas pela imprensa, como quando negou que seria realizada uma reestruturação do banco. Mas, dias depois, o banco tornou público o plano de fechamento de agências, demissões e realocação de funcionários.

Alcolumbre tenta convencer senadores a votar reforma na semana que vem

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tenta costurar um acordo para votar o primeiro turno da reforma da Previdência na próxima quarta-feira (11/09), no plenário. A ideia de antecipar os prazos, no entanto, enfrenta resistências. “Alguns senadores ainda não estão convencidos disso, mas a gente vai conversar com eles para tentar fazer, dar celeridade a esse processo”, disse o presidente do Senado em entrevista a jornalistas na Casa.

O relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi aprovado na quarta-feira (04/09), pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Com mudanças, a economia fiscal prevista em dez anos caiu de R\$ 933,5 bilhões (resultado do texto aprovado na Câmara) para R\$ 870,5 bilhões. A PEC paralela, por sua vez, que prevê a inclusão de estados e municípios na reforma e compensa a desidratação do texto principal, ainda não tem calendário definido. Alcolumbre declarou estar “trabalhando” para que a proposta seja votada ainda neste ano.

Com Bolsonaro sobem desemprego e lucro dos banqueiros

A política econômica focada na redução de direitos trabalhistas e previdenciários, no corte de investimentos públicos e nas verbas para setores como educação, saúde, previdência e ciência e tecnologia, tem mantido estagnada a economia brasileira. Mas os donos dos três maiores bancos privados do país – Itaú, Bradesco e o espanhol Santander, estão felizes da vida. Afinal, o projeto do governo Bolsonaro e do banqueiro e ministro da Economia Paulo Guedes, é voltado para enriquecer ainda mais os grandes grupos empresariais, sobretudo os bancos.

Enquanto o desemprego subia e a economia e os salários rastejavam, Bradesco, Itaú e Santander lucraram juntos R\$ 33,7 bilhões no primeiro semestre, um aumento de 13%. É prenúncio de novo recorde anual. Em 2018, o trio teve ganhos inéditos, 56,7 bilhões. Apenas no primeiro semestre de 2018, foram R\$ 28,9 bilhões.

Com Bolsonaro, trabalhadores não tiveram o que comemorar, até porque foram os mais prejudicados pelas medidas do governo. De janeiro a junho, o número de desempregados subiu. Era de 12,2 milhões de pessoas em dezembro de 2018 e chegou a 12,8 milhões, conforme o IBGE.

A taxa de desemprego foi de 11,6% a 12%. Talvez isto ajude a explicar a queda vertiginosa da popularidade de Bolsonaro.